

DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Tereza Freitas Silva¹
Luiz Ortiz Jiménez²

RESUMO

O objetivo desse estudo é refletir sobre os desafios para a inclusão de alunos com deficiência no contexto da pandemia do Coronavírus. Trata-se de um estudo bibliográfico com aporte em livros, Leis, artigos em periódicos e sites especializados no tema. A Educação brasileira avança e retrocede ao longo do tempo em função das políticas públicas educacionais resultando em uma descontinuidade que prejudica a aprendizagem dos alunos. A política educacional para o ensino remoto durante a pandemia evidenciou problemas que a educação já enfrenta nas classes regulares e se amplia no ensino para os alunos com deficiência, contudo cabe a escola garantir esse direito do aluno, já assegurado em lei.

Palavras-chave: Pandemia, Escola, Inclusão, Aluno com deficiência.

INTRODUÇÃO

Em 11 de março de 2020 a organização mundial da saúde declarou estado de pandemia provocado pelo Covid-19. A partir de então, o mundo passa por mudanças sem precedentes precisando se adaptar a uma realidade totalmente desconhecida e inesperada. A ordem era praticar o distanciamento social, evitar aglomerações e se prevenir do contágio. Empresas e instituições foram fechadas e só serviços essenciais ficaram funcionando. As atividades se deslocaram para as residências, o home office foi adotado pelas organizações e o ensino remoto para as escolas.

Em todos os níveis a educação foi retomada e assim, crianças, adolescentes e adultos foram obrigados a estudar no modo remoto, revelando fragilidades brasileiras no campo educacional, tecnológico, econômico e social evidenciando que o ensino a distância no modo remoto não está acessível para todos.

¹Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción - UAA, buritistereza@hotmail.com;

² Professor orientador: Drº Luis Ortiz Jiménez, Doutor em Pedagogia pela Universidad de Almería - ES, lortizj@ual.es.

Esta fragilidade se concretiza na baixa qualidade da educação brasileira e se amplia quando analisamos a educação inclusiva, que embora seja garantida em lei, ainda não apresenta resultados satisfatórios. Organizações como o Instituto Rodrigo Mendes (2020), por meio de pesquisa realizada com especialistas mundiais, nos alerta para que a pandemia não seja desculpa para alunos com deficiência serem excluídos do acesso ao ensino.

Por outro lado, o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), informa que há no Brasil mais de 1 milhão de estudantes que apresenta alguma deficiência e frequenta classe de ensino regular. Com esses números, acredita-se que a pandemia pode excluir os alunos da aprendizagem. Sendo assim, o objetivo que orienta esse estudo é refletir sobre os desafios para a inclusão de alunos com deficiência no contexto da pandemia do Coronavírus. A inclusão de alunos com deficiência nas escolas não é uma questão recente, porém se agrava e retrocede com o isolamento social e oferta do ensino remoto, sendo assim, esse estudo se justifica por nos levar a pensar sobre a educação desses alunos.

Vale registrar que essa pesquisa não pretende concluir as reflexões aqui realizadas, mas sim, colaborar com as discussões desse tema, contribuindo para uma melhor compreensão do debate em torno da educação inclusiva em tempos de pandemia.

METODOLOGIA

A pesquisa é um processo formal e sistemático para fomentar o método científico. Tem como objetivo basilar buscar por meio de métodos científicos respostas para os mais diversos problemas, gerando assim novos conhecimentos. (GIL, 2002).

A presente pesquisa se apresenta como bibliográfica. Resulta da investigação de material teórico sobre o assunto pesquisado. É uma investigação que antecede o reconhecimento do problema que atuará como balizador do tema de estudo.

Fonseca (2002, p. 32) nos ensina que a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Dessa forma, esta pesquisa buscou subsídios em outros trabalhos já publicados em sites, periódicos, livros, o que a torna uma pesquisa bibliográfica. Dalberio e Dalberio (2009) esclarece que esse tipo de

pesquisa amplia as possibilidades das fontes com baixo custo, porém alerta que “o pesquisador deve tomar cuidado com a fidedignidade e validade científica das informações [sob o risco de] incorrer em possíveis incoerências e contradições causadas por material de baixa credibilidade” (DALBERIO e DALBERIO, 2009, p. 167).

Com base nessas informações, o material foi selecionado de fontes fidedignas capazes de nos permitir conhecer os desafios e as possibilidades da Educação Inclusiva em tempos de pandemia como também possibilitar contribuir com o debate sobre o tema dessa pesquisa.

PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL E A EDUCAÇÃO

Segundo a OMS o “termo pandemia se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo. (OMS, 2020, p,1).

A pandemia que assola o país é proveniente dos coronavírus (CoV) que de acordo com a OMS “são uma ampla família de vírus que podem causar uma variedade de condições, do resfriado comum a doenças mais graves”. [...] A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou em 30 de janeiro de 2020 que o surto do novo coronavírus (2019-nCoV) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)”. (OMS, 2020, p,1).

A Covid- se propagou pelo mundo deixando um rastro de pobreza, mortes e desolação por toda parte. Confirmando a previsão da OMS, ela chegou em todos os lugares causando danos irreversíveis e ainda que não escolha ricos ou pobres, as nações menos favorecidas economicamente ficam mais desamparadas, pois lhes faltam recursos básicos e sanitários que ajudem no controle e combate da doença.

O Brasil também foi atingido pela pandemia, mas ao contrário de muitas nações que se anteciparam na adoção de medidas mais severas de isolamento social e na compra de vacinas, o país tem instalado e reforçado o discurso do negacionismo, o descrédito nas práticas de combate e prevenção como uso de máscara e distanciamento social. Como consequência tem ocupado lugar de destaque no ranking dos países que têm mais óbitos por Covi-19. Segundo as notícias de atualização da covid-19 no Brasil no 19 de junho de 2021 fornecidas pelo portal G1:

País contabiliza 500.868 óbitos e 17.881.045 casos, segundo balanço do consórcio de veículos de imprensa com dados das secretarias de Saúde. Curvas de mortes e de casos da doença apontam tendência de alta simultaneamente pela 1ª vez desde 27 de março. De 17 de março até 10 de maio, foram 55 dias seguidos com essa média acima de 2 mil. No pior momento desse período, a média chegou ao recorde de 3.125, no dia 12 de abril. (GLOBO.COM, 2021, p.1).

Os dados vêm crescendo progressivamente indicando o avanço da doença em várias regiões do país, independente da sua situação econômica e geográfica. Embora a indicação da OMS seja o uso de máscara e distanciamento social para conter o avanço, ainda se percebe, mais de um ano depois do começo da pandemia que essas medidas não só cumpridas em função de uma política de afrouxamento do isolamento social em detrimento da conservação da economia (BARRETO; ROCHA, 2020).

É fato que suspender atividades de diversos setores tem seus impactos econômicos e sociais, desvelando problemas até então não revelados ou minimizados como ocorre com a educação, porém ficou evidente que a substituição das aulas presenciais por aulas remotas modificou repentinamente a relação da escola com professores, pais e alunos.

Se a educação brasileira já apresentava inúmeros problemas, com a pandemia eles ficaram mais evidentes. No dizer de Couto, Couto; Cruz (2020, p. 210), “Vivemos entre contradições políticas e econômicas, em meio a uma conjuntura globalizada adversa, agressiva e imensamente excludente”. Assim, a pandemia nos impôs um novo modo de viver e de se comportar deixando claro que nada mais será como antes.

As desigualdades sociais no Brasil são históricas, concentrada em 1% da população mais rica que tem uma renda 34 vezes superior à metade da população, ao passo que 13,5 milhões de brasileiros vivem com renda mensal inferior a R\$ 145,00. (PNAD Contínua IBGE, 2018).

Com o advento da pandemia essa disparidade se revela também na exclusão digital já que grande parte da população não tem acesso à internet ou tem acesso reduzido, por meio do celular, o que limita ou dificulta o ensino remoto, isto ocorre porque usar o celular não implica em conexão direta com a internet. De acordo com Filho (2020) as famílias têm solicitado ajuda dos familiares e amigos para realizar as atividades propostas pela escola.

Neste contexto, enfrentar as dificuldades educacionais, tecnológicas e ofertar a educação nestes tempos de pandemia é um desafio e para os alunos que têm algum tipo de deficiência o desafio se multiplica. Neste sentido, Diniz (2020) nos alerta para não deixar

alunos e alunas abandonados e esquecidos fora desse processo de inclusão de alunos com deficiência.

DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

A Pandemia impôs o fechamento dos espaços escolares impactando a população estudantil mundial. De acordo com a Organização das Nações Unidas (2020) mais de 150 países fecharam suas escolas deixando 80% dos seus alunos sem ensino.

A OMS ressalta que,

As escolas fazem parte de uma comunidade e conectam as comunidades. Dessa forma, as medidas tomadas para reduzir o risco em uma comunidade também reduzirão o risco nas escolas. Por isso, é importante uma abordagem de toda a sociedade e solidariedade no nível da comunidade para garantir a continuidade da educação em ambientes protegidos da COVID-19. (OPAS/OMS, 2020, p.1).

Diante do impedimento do ensino presencial, os países tiveram que criar alternativas para dar continuidade a educação. No Brasil a orientação veio por meio da portaria nº 343/2020 dispondo sobre a substituição das aulas presenciais por aulas remotas e a medida provisória nº 934 que flexibiliza a obrigatoriedade dos 200 dias letivos de atividade escolar. Neste viés, Arruda (2020) alerta que as propostas brasileiras são difusas, refletindo a falta de governo do Ministério da Educação (MEC). Reforça o autor que “Muitos países têm discutido mecanismos para que se garanta o convívio escolar e as conexões escolares, apesar da distância, buscando possibilitar uma política pública de manutenção das portas escolares abertas ainda que de forma virtual”. (ARRUDA, 2020, p. 263). Nada obstante, o Relatório de Monitoramento Global da Educação (UNESCO 2020), chama a atenção para as desigualdades de oportunidades que com a pandemia serão mais excludentes.

De acordo com Arruda (2020), o ensino remoto é complexo e países europeus como França, Espanha, Portugal e Inglaterra tiveram dificuldades para gerenciar e implementar o ensino além das dificuldades de alunos e professores para acompanharem as aulas e a falta de acesso de parcela da população às tecnologias digitais. O autor acrescenta ainda que na China, as dificuldades ficaram por conta da implementação do ensino remoto com disponibilidade de acesso aos conteúdos elaborados como também as dificuldades de professores e alunos em trabalhar em um ambiente interativo que desperte

o interesse do aluno. Somados a isso, a situação de desigualdade econômica e social é um agravante que compromete os resultados educacionais.

Percebe-se que a covid-19 atingiu as escolas como um todo e as aulas online não dão conta de atenuar as desigualdades educacionais.

As respostas à crise da COVID-19, que afetou 1,6 bilhão de estudantes, não deu atenção suficiente à inclusão de todos os estudantes. Enquanto 55% dos países de renda baixa optaram pelo ensino a distância online na educação primária e secundária, apenas 12% das famílias nos países menos desenvolvidos têm acesso à internet em casa. Mesmo abordagens com baixo uso de tecnologia não são capazes de assegurar a continuidade da aprendizagem. Entre os 20% mais pobres das famílias, apenas 7% possuem um rádio na Etiópia, e nenhuma possui um aparelho de televisão. No geral, cerca de 40% dos países de renda baixa e média-baixa não apoiam estudantes em situação de risco de exclusão. (UNESCO, 2020, p. 15).

Segundo o relatório da Unesco (2020) mesmo antes da pandemia já havia muitos entraves que os estudantes enfrentavam para ter uma educação de qualidade e a pandemia só ampliou as fragilidades educacionais pois além das problemáticas já existentes foram acrescidas as questões decorrentes da tecnologia. No Brasil essas questões não foram diferentes. Falta de equipamentos, dificuldades de comunicação pela rede de computadores, internet deficiente ou ausência dela em algumas regiões, somados com falta de habilidades para lidar com a tecnologia são fatores que impactam direto na aprendizagem dos alunos, especialmente para os alunos com deficiência.

Segundo o IBGE Educa (2021, p.1), “o Censo 2010, registrou que quase 46 milhões de brasileiros, cerca de 24% da população, declarou ter algum grau de dificuldade em pelo menos uma das habilidades investigadas (enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus), ou possuir deficiência mental / intelectual”. Esses números nos levam a refletir a necessidade de incluir esses indivíduos na sociedade e na escola.

Tokarnia (2019, p.1) baseada no censo escolar, informa que “nos anos de 2014 a 2018 o número de matrículas de estudantes com necessidades especiais cresceu 33,2% em todo o país. [...] No mesmo período, também aumentou de 87,1% para 92,1% o percentual daqueles que estão incluídos em classes comuns”. A autora reforça que houve um crescimento nas matrículas de alunos com deficiência saindo em 2014 de 886.815 para 1,2 milhões em 2018 e, sendo que de 2017 para 2018 houve um aumento de 10,8% nas matrículas” (TOKARNIA, 2019, P.1).

A declaração de Salamanca no ano de 1994 foi o marco para o fundamento da Educação Inclusiva no Brasil, porém foi a partir dos anos 2000 que se ampliaram os

debates e ocorreu a implantação da política de Educação Inclusiva. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 1996, determina que as redes de ensino devem disponibilizar os recursos necessários para atender de forma igualitária os estudantes com necessidades educacionais especiais. Outro reforço veio em 2008 com a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e em seguida com o Estatuto da Pessoa com deficiência no ano de 2015 garantindo a inclusão e a oferta do ensino para alunos com deficiência. No ano de 2009 a Resolução n.º 4: Estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica na modalidade Educação Especial, e estabelece as formas para esse atendimento.

Contudo, os desafios para o atendimento para a inclusão de alunos com deficiência podem ser categorizados em três dimensões: desafios da educação, desafios da escola e desafios dos alunos conforme demonstrado no quadro 1.

Quadro 1 - Desafios no processo de inclusão de alunos com deficiência

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO	DESAFIOS DA ESCOLA	DESAFIOS DO ALUNO
Política Pública Educacional	Formação docente / Pessoal capacitado específico	Manter o Interesse
Política Educacional de inclusão	Projeto pedagógico voltado para inclusão	Falta de aceitação pelos colegas
Infraestrutura escolar	Flexibilização do Currículo	Material didático adequado
Profissionais capacitados	Promoção do diálogo	Comunicação com a escola
Currículos	Mão de obra especializada	Preparação dos pais
Tecnologias Assistivas	Recursos técnicos e financeiros	Condições de locomoção

Desde a época do Brasil colônia até a contemporaneidade, a educação brasileira tem passado por avanços e retrocessos. De acordo com Savianni (2012, p.9):

A marca da descontinuidade na política de educação atual faz-se presente na meta, sempre adiada, de eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental. O Brasil chegou ao final do século XX sem resolver um problema que os principais países, inclusive nossos vizinhos Argentina, Chile e Uruguai resolveram na virada do século XIX para o XX: a universalização do ensino fundamental, com a conseqüente erradicação do analfabetismo.

A descontinuidade das políticas educacionais, foi considerada na Constituição Federal de 1988, onde reza, que o “Poder Público nas suas três instâncias (a União, os estados e os municípios) deveriam, pelos dez anos seguintes, destinar 50% do orçamento educacional para essa dupla finalidade”. Findo o prazo, um novo prazo de 10 anos foi

concedido com a criação do FUNDEF. Vencido este segundo prazo, com a criação do FUNDEB mais um prazo de 14 anos foi determinado, porém o prazo não foi suficiente para implantar com sucesso as políticas públicas educacionais e novo plano foi implantado, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) dando agora 15 anos para resolver os problemas educacionais. A considerar o contexto, supõe-se que virá um novo plano e um novo prazo. (BRASIL, 2008).

Estabelecer uma política educacional contempla a inclusão na escola de alunos com deficiência, das condições estruturais da escola, da capacitação dos profissionais de apoio, da gestão e dos docentes, da disponibilização das tecnologias e do melhoramento dos currículos, visto que esses problemas atingem a educação como um todo e se ampliam quando o tema é a educação inclusiva.

A escola se depara com professores que não foram formados para trabalhar com alunos com deficiência. Vale ressaltar que as deficiências são variadas e para cada tipo se faz necessário uma habilidade para ensinar. Daí a importância de a escola ter profissionais que possam colaborar com os professores no atendimento dos alunos com deficiência. Elaborar um projeto pedagógico que contemple a inclusão, atualizar o currículo e promover o diálogo entre sociedade pais e escola é fundamental para o sucesso da inclusão. De acordo com Ross, in Budel e Meier, (2012, p. 39) “Antes das rampas físicas, as escolas precisam construir rampas pedagógicas”.

Por outro lado, a criança também enfrenta desafios ao chegar na escola. A aceitação dos colegas e dos professores contribui positivamente para a inclusão e o aprendizado”. Segundo Budel e Meier (2012, p. 51) “aceitar é estar receptivo, sem emitir juízo de valor”. É frequente ouvir depoimentos de professores que não sabem lidar com a deficiência do aluno em sua sala e isso dificulta a inclusão. Conhecer o interesse dos alunos é um desafio para os professores que na maioria das vezes não conseguem despertar o interesse. Falta-lhes os recursos didáticos adequados e adaptar os materiais facilitaria a compreensão. Observa-se que as adaptações dos materiais são realizadas pelos professores, exigindo destes mais essas habilidades. Alguns alunos ainda enfrentam o despreparo dos pais para apoiar os estudos e as dificuldades de locomoção de acesso a escola, na própria escola com estruturas inadequadas e em muitos casos na própria residência.

Com o isolamento social e o ensino remoto, esses desafios tornaram-se obstáculos para os alunos com deficiência. A falta de recursos tecnológicos, o domínio da tecnologia

é o maior entrave para a continuidade do ensino. As escolas adotaram remessa de apostila, porém os alunos têm dificuldade em entender os conteúdos e os pais na maioria das vezes não conseguem dar o apoio educacional suficiente. Diante disso:

A Resolução do CNE/CEB N°2 (2001) estabelece que, um profissional especializado para atuar junto aos educandos com deficiência deve desenvolver: [...] competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (Art. 18, § 2º) (BRASIL, 2001, p. 78).

Nesta lógica, para que um professor esteja preparado para atender alunos com deficiência é necessário fazer uma ponte entre a teoria e a prática pedagógica num exercício constante de aprender a aprender (DELORS, 1988). Assim, fica evidente que a dificuldade não se restringe apenas aos alunos, mas também na forma como o ensino é fornecido, acompanhado e avaliado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia tem afetado o modo como a escola conduz o ensino e exigiu um novo professor com capacidade de se reinventar e de se adaptar as novas metodologias amparadas pela tecnologia digital. Contudo esse novo modo de ensino exacerbou a diferença entre aqueles que tinham mais dificuldades de aprender a exemplo dos alunos com deficiência.

A inclusão de todos na escola é um direito garantido na Constituição Federal brasileira e isso independe da crise sanitária que acontece no país. Uma educação inclusiva junta os alunos com necessidades especiais, nas escolas regulares, em uma perspectiva humanística que considera a particularidade de cada aluno e cabe a escola propiciar a interação dos alunos em sala de aula.

As dificuldades que um aluno com deficiência se depara na sala de aula ele também acha no ensino remoto e se agrava pela falta de preparo da família em dar a assistência necessária nos estudos. A falta de adaptação das atividades às necessidades dos alunos com deficiência são alguns dos desafios que dificulta o ensino na pandemia. É dever da escola dar continuidade na inclusão dos alunos com deficiência e garantir o direito desses alunos assegurado na lei.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, E.P. **Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19**. Teresina. Em Rede, v. 7, n. 1, p. 257-275, maio, 2020.

BARRETO, A. C; ROCHA, D.S. Covid 19 e Educação: Resistências, Desafios e (Im)Possibilidades. *Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade* - Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 01-11, jan./dez. 2020.

BRASIL. **Dados do INEP**. Disponível em:
<www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>. Acesso em: 20/06/2021

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 20/06/2021.

_____. **Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília: Congresso Nacional, 2007.

_____. **Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007.

_____. **Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em:
<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/O+Plano+de+Desenvolvimento+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+raz%C3%B5es%2C+princ%C3%ADpios+e+programas/3c6adb19-4c2e-4c60-9ccb-3b476bed9358?version=1.6>. Acesso em:21/06/2021.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação. Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.

_____. **Política Nacional de Educação Especial**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/Seesp,1994.

_____. **Resolução nº 2, de 11 de fevereiro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2_b.pdf. Acesso em 21/01/2021.

_____. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Nº 343, de 17 DE março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 21/06/2021.

_____. **Medida Provisória Nº 934, de 1º de abril de 2020**. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8083398&disposition=inline>. Acesso em: 20/06/2021.

BUDEL, G. C.; MEIER, M. **Mediação da Aprendizagem na Educação Especial**. Curitiba: IBPEX, 2012.

COUTO, E.S.; COUTO, E.S.; CRUZ, I.M.P. #Fiqueemcasa: Educação na pandemia da Covid-19. **Interfaces Científicas** • Aracaju • V.8 • N.3 • p. 200 - 217 • 2020 • Fluxo Contínuo.

DALBERIO, O.; DALBERIO, M. C. B. **Metodologia científica: desafios e caminhos**. São Paulo: Paulus, 2009.

DELORS, Jacques; EUFRAZIO, J. C. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1998.

DINIZ, N. Reestruturação do trabalho docente e desigualdades educacionais em tempos de crise sanitária, econômica e civilizatória. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19. pág. 138-144, maio 2020.

FILHO, M.M.S. Educação geográfica, docência e o contexto da pandemia COVID-19. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, *Especial COVID-19*. pág. 3-15, maio 2020.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4a ed. São Paulo. Atlas, 2002.

GLOBO.COM; G1. **Brasil tem maior tendência de alta nas mortes por Covid em mais de 75 dias, no dia em que supera meio milhão de vítimas**. Disponível em: <https://glo.bo/3iQkrj4>. Acesso em 20/06/2021.

IBGE. PNAD Continua. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Estatísticas Sociais da População**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=27258&t=sobre>. Acesso em: 20/06/2021.

IBGE EDUCA JOVENS. **Pessoas com deficiência**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em 21/06/2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MIUNDIAL DA SAÚDE. **Folha informativa sobre COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 20/06/2021.



SAVIANNI, D. **Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação.**

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/LVvkxRZdYczChk9qcxCdNFG/?lang=pt>.

Acesso em: 20/06/2021.

TOKARNIA, M. **Cresce o número de estudantes com necessidades especiais.**

Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-01/cresce-o-numero-de-estudantes-com-necessidades-especiais>. Acesso em: 21/06/2021

UNESCO. **Relatório de monitoramento global da educação** – resumo, 2020: Inclusão e educação: todos, sem exceção. Disponível em: <https://unesdoc.unesc>